

Adriana Fabre Dias

Doutorado em Arquitetura e
Urbanismo - Profesora universitaria
Universidade Federal de Santa Catarina
Laguna, Brazil
<https://orcid.org/0000-0002-8614-7681>
diasarq@hotmail.com

Sonia Afonso

Doutorado em Arquitetura e
Urbanismo - Departamento de Arquitetura
e Urbanismo - liderança do Grupo de
Pesquisa em Arquitetura, Paisagem e
Espaços Urbanos - CNPq, donde coordina la
investigación Arquitectura y Paisaje
Universidade Federal de Santa Catarina
Laguna, Brazil
<https://orcid.org/0000-0002-2376-587X>
soniaa@arq.ufsc.br

Reflexões sobre o espaço público em centros preservados: possíveis relações entre patrimônio e desenho urbano

Reflexiones sobre el espacio público en los centros
conservados: posibles relaciones entre patrimonio y
diseño urbano

Reflections on public space in protected center:
possible relationships between heritage and urban
design



Figura 0 Mesmo que os espaços públicos sejam deficientes em infraestrutura e configuração, os mais diversos usos podem ser percebidos ao longo do dia, como a venda de pescado todas as manhãs. Fonte: Elaboração própria

RESUMO

O espaço urbano de uma cidade é o resultado das interações sociais com e entre as pessoas que utilizam e vivenciam esse espaço, configurando assim a esfera pública de uma cidade. Podemos considerar também, que a construção desses espaços está diretamente relacionada com a maneira como seus espaços livres de edificação se relacionam com os seus espaços edificados. Numa cidade de caráter patrimonial, à essas características são acrescidos os valores históricos e culturais que devem ser protegidos e valorizados através de ações de salvaguarda e proteção. No entanto, a legislação brasileira vigente atua mais sobre o edifício, e mesmo incluindo conjuntos urbanos e seus entornos, não parece considerar que a salvaguarda e proteção do patrimônio de uma cidade também passa pelo planejamento urbano, ou seja às ações de salvaguarda e proteção devem estar relacionadas ações de planejamento urbano, presentes tanto no planos diretores quanto nas ações de intervenção e manutenção do espaço público existente. O objetivo geral dessa pesquisa foi estabelecer e identificar as relações existentes entre o desenho urbano e o patrimônio ambiental urbano que considerassem tanto os aspectos da salvaguarda e proteção quanto os aspectos da qualidade urbana. Foi utilizada a metodologia do estudo de caso, sendo escolhida a cidade de Laguna, no litoral sul de Santa Catarina. Os procedimentos utilizados foram: a análise histórico-estrutural mediante através do estudo da evolução urbana da cidade, o processo de tombamento e as características atuais de seus espaços públicos. Para além da revisão teórica, buscou-se metodologias de análise do espaço público que considerassem as peculiaridades de uma cidade que possui seu centro histórico protegido. Podemos considerar que a pesquisa contribuiu assim para a reflexão das práticas de proteção do patrimônio ambiental urbano relacionadas com as ações de desenvolvimento urbano e qualificação dos espaços públicos.

Palavras-chave: espaço público; desenho urbano; planejamento urbano; centros históricos; patrimônio urbano;

RESUMEN

El espacio urbano de una ciudad es el resultado de interacciones sociales con y entre las personas que utilizan y experimentan este espacio, configurando así la esfera pública de una ciudad. También podemos considerar que la construcción de estos espacios está directamente relacionada con la forma en que sus espacios libres de construcción se relacionan con sus espacios construidos. En una ciudad de carácter patrimonial, estas características se suman a los valores históricos y culturales que deben ser protegidos y valorados a través de acciones de salvaguarda y protección. No obstante, la actual legislación brasileña actúa más sobre la edificación y, a pesar de incluir los conjuntos urbanos y su entorno, no parece considerar que la salvaguarda y protección del patrimonio de una ciudad implican también el planeamiento urbanístico, es decir, las acciones de salvaguarda y protección se deben asociar con acciones de planificación urbana, presentes tanto en los planes directores como en las acciones de intervención y mantenimiento del espacio público existente. El objetivo general de esta investigación fue establecer e identificar las relaciones existentes entre el diseño urbano y el patrimonio ambiental urbano que abarcaran tanto los aspectos de salvaguarda y protección como los aspectos de calidad urbana. Se utilizó la metodología de estudio de caso, eligiendo la ciudad de Laguna, en el Estado de Santa Catarina, Brasil. Los procedimientos utilizados fueron: el análisis histórico-estructural mediante el estudio de la evolución urbana de la ciudad, el proceso de registro y las características actuales de sus espacios públicos. Además de la revisión teórica, se buscaron metodologías de análisis del espacio público que consideraran las peculiaridades de una ciudad que tiene protegido su centro histórico. Podemos considerar que la investigación contribuyó, así, a la reflexión sobre las prácticas de protección del patrimonio ambiental urbano relacionadas con las acciones de desarrollo urbano y calificación de los espacios públicos.

Palabras Clave: espacio público; diseño urbano; urbanismo; centros históricos; patrimonio urbano

ABSTRACT

The urban space of a city is the result of social interactions with and between people who use and experience this space, thus configuring the public sphere of a city. We can also consider that the construction of these spaces is directly related to the way in which their free building spaces relate to their built spaces. In a city of heritage character, these characteristics are added to the historical and cultural values that must be protected and valued through safeguard and protection actions. However, current Brazilian legislation acts more on the building, and even including urban complexes and their surroundings, it does not seem to consider that the safeguarding and protection of a city's heritage also involves urban planning, that is, the safeguarding and protection actions must be related to urban planning actions, present both in the master plans and in the intervention and maintenance actions of the existing public space. The general objective of this research was to establish and identify the existing relationships between urban design and urban environmental heritage that considered both the safeguard and protection aspects and the aspects of urban quality. The case study methodology was used, choosing the city of Laguna, on the southern coast of Santa Catarina. The procedures used were: the historical-structural analysis through the study of the urban evolution of the city, the registration process and the current characteristics of its public spaces. We can consider that the research thus contributed to the reflection on the practices of urban environmental heritage protection related to urban development actions and qualification of public spaces.

Keywords: urban space; urban design; urban planning; historic center; urban heritage

INTRODUÇÃO

O espaço urbano de uma cidade é constituído pela combinação entre as suas áreas edificadas com as suas áreas livres, relacionadas entre si de maneira articulada ou não, conforme a característica da cidade., é o resultado das interações sociais, das pessoas que o utilizam e vivenciam. esse espaço, sSegundo Habermas (2003), o espaço público reside na esfera pública, sendo por isso uma rede adequada para a formação de posições e opiniões.

Dentro de uma visão mais específica, o espaço urbano é composto também pelas redes de infraestrutura, os equipamentos e mobiliários urbanos e os serviços públicos que dão suporte ao desenvolvimento das funções urbanas. Assim, podemos considerar que o espaço urbano de uma cidade é formado pelas relações estabelecidas entre suas diferentes esferas, tais como a física, a territorial, a morfológica, a social, a econômica, a histórica e também a afetiva.

Quando estudamos o espaço urbano em uma cidade de valor patrimonial e que tem sua área central protegida pela ação do tombamento, como é o caso da cidade de Laguna no litoral sul de Santa Catarina, esta definição não se altera, porém deve ser acrescida de outros componentes.

Enquanto numa cidade não protegida ou não patrimonial, a gestão do espaço urbano segue a legislação urbanística municipal, como plano diretor e código de obras, e tem suas decisões tomadas diretamente pelo poder público, numa cidade protegida essa gestão deve seguir também normas específicas. Nesses casos, mediante através do tombamento federal, aplicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, devem seguir a legislação de preservação e respeitar normas quanto a intervenções tanto nas áreas edificadas quanto nas áreas livres.

Atualmente, a legislação do IPHAN que incide sobre o patrimônio urbano tem como objetivo principal a preservação enquanto bem de valor histórico, e está focada principalmente nas áreas edificadas, e pouco normatiza sobre intervenções nas áreas livres de edificação, no caso (vias, calçadas, largos e praças), ou, mais especificamente, em seus espaços públicos, que são os espaços da sociabilidade urbana.

A partir do presente artigo tem por base o entendimento de que o espaço urbano é complexo, não-estático e composto de diferentes elementos, e que essas elementosos quais, ao se relacionarem entre si e com seus usuários, compõem o que chamamos de cidade; e que, quando esse mesmo espaço urbano é protegido pela ação do tombamento, suas relações de história e memória coletiva lhe atribuem qualidades diferentes das de outras cidades que acabam por impactar esse mesmo espaço. (POULOT, 2009)

Esse artigo Assim sendo, este trabalho apresenta uma reflexão sobre os espaços públicos centrais e protegidos, da cidade de Laguna, no litoral sul de Santa Catarina, sob o enfoque do desenho urbano, mas sem desconsiderar os conceitos ligados ao patrimônio e à paisagem cultural, mas sim considerando a indissociabilidade entre eles.

A cidade passou pelo processo de tombamento federal no início da década de 1980, quando sua área central ou centro histórico foi tombado, processo que sob muitos aspectos alterou de forma significativa como seus moradores se relacionam com a cidade como um todo e com a área central em particular.

A legislação brasileira atua sobre os bens patrimoniais tanto móveis quanto imóveis, e, embora inclua conjuntos urbanos na ação da preservação, não

parece considerar que a salvaguarda e proteção do patrimônio urbano passa também pelo planejamento urbano, ou seja, que às ações de proteção devem corresponder ações pertinentes de planejamento urbano correspondentes.

Percebe-se, no caso de Laguna, que, mesmo que o seu Plano Diretor Municipal tenha considerado em sua elaboração, a área preservada do centro histórico, essa é tratada pelos órgãos públicos municipais como responsabilidade do órgão federal responsável, o IPHAN, havendo uma polarização entre o que é responsabilidade de um e de outro. Talvez esse relacionamento ainda traga resquícios do processo de tombamento, que colocou de um lado parte da população que era contrária e de outro os técnicos do IPHAN junto aos demais moradores que eram partidários da preservação da área central.

No caso das edificações existentes na área preservada, o patrimônio edificado possui legislação específica sobre a sua manutenção e possíveis intervenções, a Norma de Preservação para o Sítio Histórico Urbano de Laguna de 2004., porém Contudo, no caso do espaço público – vias, calçadas, largos e praças –, esse manual não existe, sendo feita uma análise caso a caso conforme informações dos técnicos do IPHAN de Laguna. (IPHAN, 2004)

Acreditamos que a maneira como se interfere nesses espaços públicos protegidos tem tanta relevância para a valorização do patrimônio existente quanto a interferência nas edificações existentes no mesmo local. Assim, ao analisarmos a Norma de 2004, nos deparamos com essa dicotomia:, embora alguns itens se refiram a intervenções nos espaços públicos que compõem o conjunto, o foco principal da norma são as edificações.

Os espaços públicos de uma cidade têm características próprias e individuais, podendo revelar o caráter de uma cidade como um todo., aAo vivenciarmos esses espaços, vivenciamos também a cidade e suas singularidades. Quando falamos de uma cidade de caráter patrimonial, como é o caso da cidade de Laguna, esse valor intrínseco ganha maior relevância, seus espaços públicos – ruas, calçadas, praças e parques – trazem consigo não só um valor social, mas também histórico e cultural.

Embora o Decreto Lei nº 25/ 1937 tenha cumprido sua função na salvaguarda e proteção de bens arquitetônicos, ele não atuou da mesma forma quando se considera a preservação do patrimônio urbano. Na França, Inglaterra e Itália a legislação traz para a esfera do planejamento urbano e regional a salvaguarda dos conjuntos urbanos considerados como patrimônio; no Brasil, apesar de várias tentativas pelos órgãos responsáveis, as ações propostas não tiveram continuidade. (SANT'ANNA, 2015) Essa parece ser uma questão geral relativa à gestão do patrimônio brasileiro:, não operar sobre os espaços públicos.

○ objetivo aqui foi refletir sobre os espaços públicos em centros preservados, buscando as possíveis relações que podem existir entre patrimônio ambiental urbano e desenho urbano, tendo como objeto de análise o Bairro Centro da cidade de Laguna.

As definições de desenho urbano foram fundamentadas sobretudo em Del Rio e Sambieda (1990)(2015), que trata o tema como um campo disciplinar da dimensão físico-ambiental da cidade enquanto um conjunto de sistemas e

METODOLOGIA

atividades que interagem com a população durante suas vivências e percepções da vida cotidiana.

O patrimônio ambiental urbano e a cidade patrimonial foram estudados a partir da ideia de que a valorização do patrimônio ambiental urbano e a necessidade de proteger e valorizar os centros mais antigos das cidades brasileiras, bem como sua integração com as demais áreas da cidade, tornaram-se as premissas básicas dos debates sobre o desenvolvimento sustentável das cidades e sobre o seu planejamento urbano, pois esses centros mais antigos representam uma parte importante da nossa identidade ambiental e urbana, que herdamos das gerações anteriores e devemos preservar para as próximas., aAssim foi traçado o pano de fundo teórico onde no qual a pesquisa pode apoiar-se. (Castriota, 2009)

No campo do desenho urbano buscaram-se, metodologias de avaliação da qualidade urbana e da paisagem, que melhor se adequassem à realidade urbana e sociocultural brasileira., fForam selecionadas para estudo quatro abordagens distintas sobre metodologias de análise e intervenção no espaço urbano., Em primeiro lugar, a metodologia de medição da qualidade urbana desenvolvida por pesquisadores da Universidade de Maryland (Ewing; Clemente, 2013), que focou sua análise nas vias urbanas e nos pedestres, por considerar que em termos de domínio público, nenhum elemento é mais importante do que as ruas. Parques, praças, trilhas e outros locais públicos também têm papel importante nas tarefas do dia-a-dia, mas considerando o papel crítico e onipresente das ruas, esta metodologia buscaenfoca identificar os atributos que tornam uma rua mais convidativa e transitável que outra. Em segundo lugar, O Manual Espaços Públicos (Gatti, 2013) que foi desenvolvido com o objetivo de orientar o olhar da administração pública, dos técnicos e seus gestores, para os espaços públicos da cidade, em busca de problemas e também das potencialidades que possam ser a base para a reestruturação dos espaços públicos existentes ou mesmo para a criação de novos espaços. E como terceira metodologiaEm terceiro lugar, buscou-se estudar a metodologia doa SEL (Sistemas de Espaços Livres), a análise dos espaços l ivres desenvolvida pelo Quapá – SEL da FAUUSP –, que tem por objetivo o estudo de todos os espaços livres urbanos existentes, independentemente de sua dimensão, qualidade estética, funcional e de sua localização e propriedade, sejam eles públicos ou privados (Macedo; Queiroga, 2018). A ideia de sistema de espaços livres está vinculada à sua relação funcional e organizacional (socioambiental), já que fisicamente somente os espaços livres públicos estão conectados entre si, principalmente pelo sistema viário.

Como quarta metodologiaEm quarto lugar, foram estudados dois dos manuais do IPHAN, O Manual de intervenções em Jardins Históricos (DELPHIN, 2005), que tem por objetivo atender a exigências de ordem técnica voltadas para a conservação e preservação dos jardins históricos sob a responsabilidade do IPHAN, e a Norma de Preservação para o Sítio Histórico Urbano de Laguna (IPHAN, 2004), que tem por função normatizar as intervenções feitas neleo sitio histórico urbano., eEssa norma tem como base legal o Decreto Lei n °25/1937, que, embora cumpra sua função na proteção e preservação dos bens arquitetônicos, o mesmo não podemos dizer o mesmo sobre o patrimônio ambiental urbano.

Os critérios de escolha levaram em consideração não somente a aplicação sobre espaços públicos em áreas de caráter patrimonial, mas também sobre

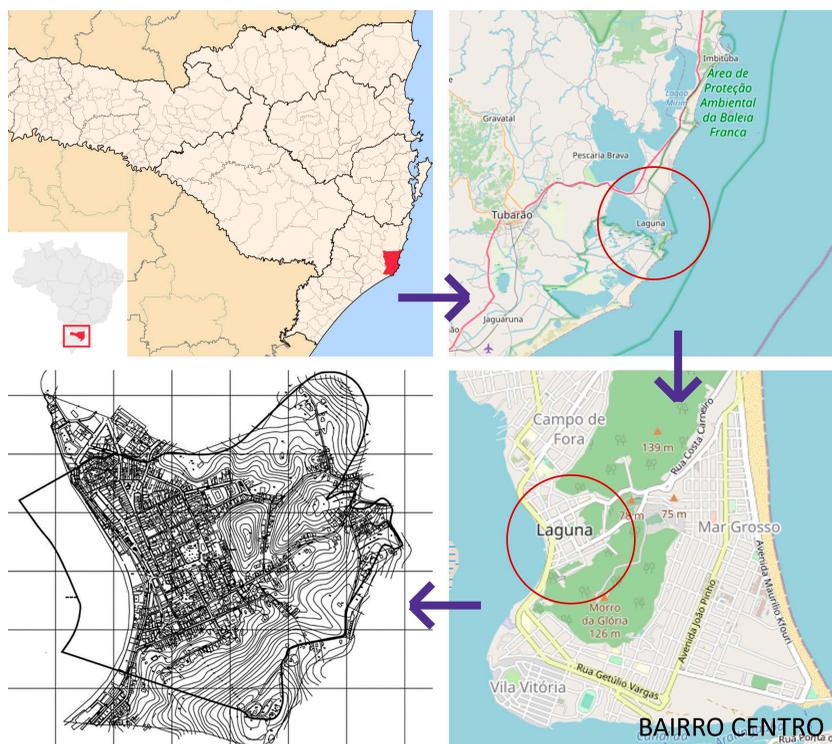


Figura 1 Parte do Setor 1, entorno da Praça Vidal Ramos, a direita Igreja de Santo Antônio e ao fundo vista do Morro da Glória. Fonte: Elaboração própria

espaços públicos sem essa característica específica, considerando que esta pesquisa buscou o diálogo entre áreas que normalmente não costumam conversar; a proteção do patrimônio e o desenho urbano.

O município de Laguna (**Figura 1**) localiza-se no litoral sul do estado de Santa Catarina, distante 126 km da capital, Florianópolis, pela BR- 101. Possui extensão territorial de 336.396 km², com população estimada de 40.000 em 2018. O último censo do IBGE, de 2010, indicou que a cidade possuía 51.562 habitantes, porém em 2012 houve a emancipação do distrito de Pescaria Brava, que na ocasião possuía aproximadamente 10.000 habitantes (IBGE, 2018). Segundo dados da Prefeitura Municipal (PML, 2018), a cidade possui 35 bairros, sendo os Bairros Centro Histórico e o Magalhães os mais antigos da cidade. Seus limites são a Leste o oceano Atlântico, a oeste os municípios de Tubarão e Capivari de Baixo, ao norte os municípios de Imaruí e Imbituba e, finalmente, ao sul o município de Jaguaruna.

Segundo o historiador Oswaldo Cabral (1937), até meados de 1658 o litoral sul do Brasil, hoje Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não possuía nenhuma fundação estável. No entanto, São Francisco do Sul, Nossa Senhora do Desterro, São José da Terra Firme e Santo Antônio dos Anjos da Laguna, já eram conhecidas pelos navegadores e exploradores da região por serem lugares onde as embarcações podiam se abastecer de água doce. Somente a partir de 1658 é que as expedições de colonização se tornaram mais efetivas com o objetivo de assegurar o domínio do território para Portugal. A região esteve no centro da disputa entre as coroas portuguesa e espanhola, o que resultou na assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494 que, segundo a história local, passa pela cidade de Laguna. Segundo Lemos (2016,

DISCUSSÃO E RESULTADOS



Figura 2 Parte do Setor 2, entorno da Praça Lauro Müller, a direita Casa Pinto Ulysséia e a esquerda a Fonte da Carioca. Fonte: Elaboração própria

pg. 133), “ tal meridiano nunca foi definido e o gigantesco sertão foi ocupado com total despolicimento daquelas nações”, somente em 1750 com a assinatura do Tratado de Madri é que foram demarcadas os verdadeiros limites entre as terras portuguesas e espanholas., nNessa ocasião, muitas regiões já haviam sido ocupadas pelas ações dos bandeirantes de São Paulo, como é o caso de Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

A forma urbana da cidade de Laguna nasceu sob a influência dos moldes dos grandes centros urbanos portugueses, onde os elementos estruturantes eram: a igreja e o paço do conselho, o diferencial em Laguna é que tais elementos não se encontram na mesma praça como o costume português pedia. A localização da cidade foi determinada pelo sítio protegido pelos morros, com o porto protegido de águas turbulentas e a existência de uma fonte de água no local. Já o traçado das ruas baseou-se no desenho europeu renascentista com quadras de 100 a 150m e algumas irregulares em razão da topografia (Tavares et al., 1983).

O Bairro Centro comporta as instituições da administração pública, como a prefeitura da cidade, e as instituições bancárias, além de variados tipos de serviços e comércio, como também áreas destinadas ao lazer e uso da população. O que torna essa área rica de possibilidades é a presença do uso residencial, que associado às demais atividades de lazer, comércio e serviço, compondo compõe um ambiente vivo que dialoga com a cidade contemporânea, “o que lhe atribui um valor simbólico superior aos demais bairros da cidade” (Cittadin, 2010, pg. 124).

O Bairro Centro possui poucos vazios urbanos, pois é uma área bastante consolidada, os vazios são compostos em sua maioria pelos espaços públicos, como as ruas, as calçadas e as praças. Os locais analisados foram a Praça da Matriz, a Praça da República Juliana, o Morro do Rosário, o Largo da Carioca, a área do Mercado Público e sua doca e a Praça Paulo Carneiro, que fica em frente ao Mercado; incluem-se nessa análise também as áreas adjacentes e o sistema viário circundante por comporem também o espaço público.

(Figura 2)

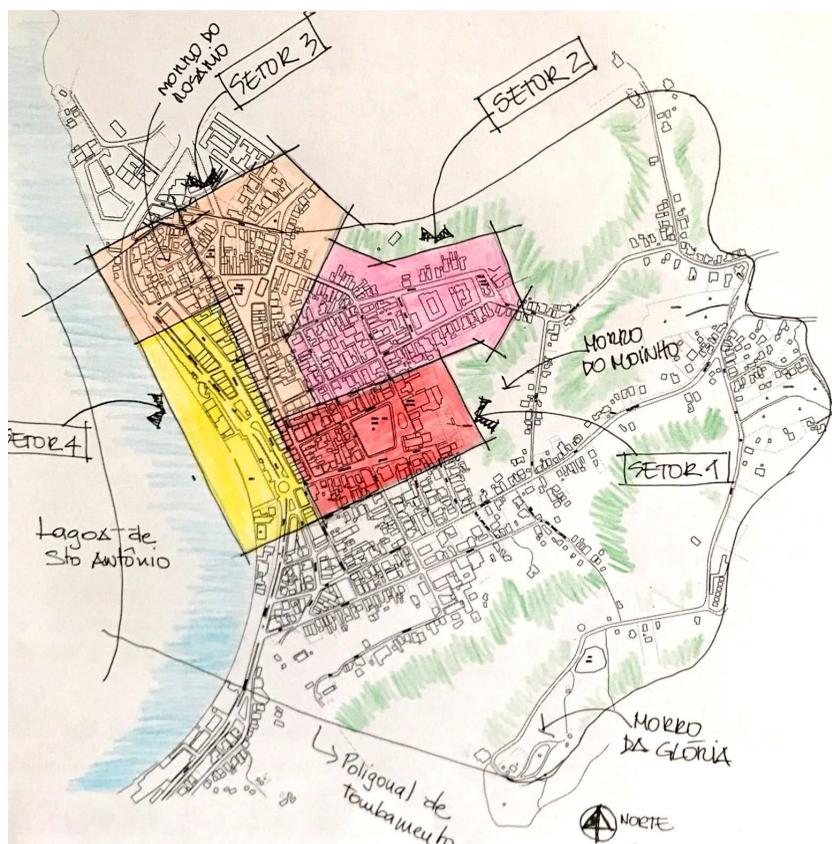


Figura 3 O bairro Centro com a delimitação dos quatro setores analisados, em vermelho o Setor 1 tratado neste artigo. Fonte: Elaboração própria

Para a realização do estudo o Bairro foi dividido em quatro setores, o critério de escolha baseou-se na relevância sociocultural, na configuração urbana e por comportarem as áreas mais antigas do bairro, identificados durante o desenvolvimento da pesquisa. A ideia inicial era estudar o Bairro como um todo pois consideramos que ele se configura como um mesmo espaço público conectado por ruas, passeios e praças, porém por questões de logística as demais áreas ficaram para uma próxima análise.

Assim foi identificado, por ordem cronológica que os espaços públicos mais antigos são a Praça da Matriz, a Praça da República Juliana e o Largo da Carioca. A definição dos setores seguiu os critérios da SEL, buscaram-se os espaços livres públicos, conectados entre si, mas vale ressaltar que em função de seu tamanho e configuração espacial consideramos que todo o Bairro Centro é um único setor, a subdivisão teve caráter funcional.

Os quatro setores (**Figura 3**) definidos foram: O Setor 1, que engloba a Praça da Matriz, as ruas circundantes e o Calçadão; O Setor 2, que inclui a Fonte da Carioca, a Casa Pinto d'Ulysséia e o pequeno Largo em frente, assim como as ruas que os circundam. Esse setor está rodeado pelos Morros que também fazem parte da poligonal de tombamento. O Setor 3, que inclui as Praças da República Juliana e Jerônimo Coelho e, também o Morro do Rosário, bem como as vias de entorno. Consideramos esse setor de extrema importância por incluir o limite norte da poligonal de tombamento e estar diretamente no eixo de ligação com o Bairro Progresso, vizinho do Bairro Centro; e finalmente o Setor 4, que engloba a borda da Lagoa de Santo Antônio, do início do Calçadão até a Doca e estendendo-se até a pequena

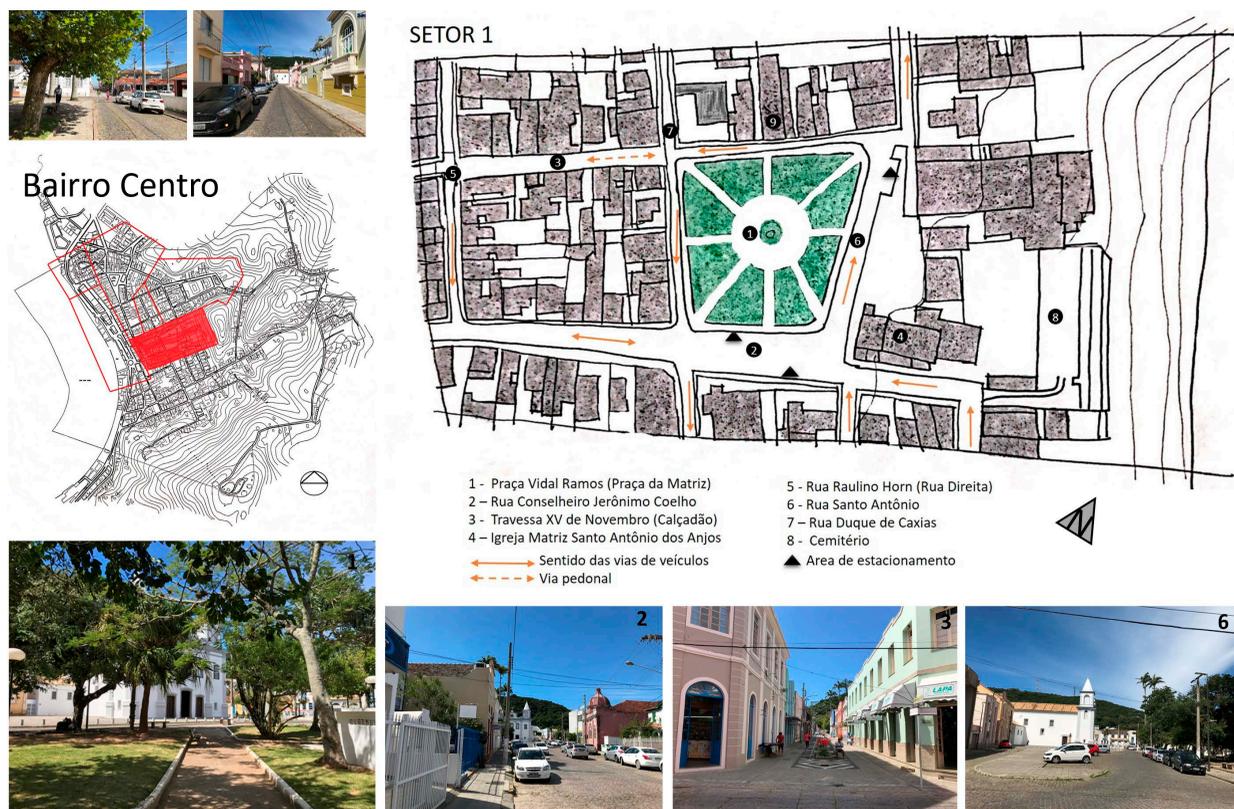


Figura 4 parte do Setor 4, vista da avenida Colombo Machado Salles e rua Gustavo Richard, a esquerda o Mercado Público Municipal e a direita as edificações de entorno. Fonte: Elaboração própria

Praça em frente ao Cine Teatro Müssi, Praça Domingos de Brito Peixoto.

No entanto, porém, em função das restrições quanto ao tamanho e formato do artigo, será apresentado apenas o Setor I (**Figura 4**), conforme descrito.

Segundo Marx (1980, pg.50) a praça deve sua existência, sobretudo aos edifícios religiosos, como os adros das igrejas, porém "as praças cívicas, diante de edifícios públicos importantes são raras entre nós, são exceções". No caso de Laguna, estavam presentes desde o início os dois tipos de praça, a religiosa e a cívica.

Atualmente a administração pública municipal bem como entidades privadas promovem alguns eventos no bairro Centro, alguns de caráter mensal e outros anuais, com o intuito de promover a presença de pessoas na área e fomentar a dinâmica urbana. Dentre esses eventos podemos destacar a Feira Livre de Artesanato, de caráter mensal e o Pré-Carnaval e a Festa de Santo Antônio de caráter anual.

Foram definidas três escalas de abordagem: a escala da cidade, do bairro e do setor; subdividida em escala da rua e da praça. Na escala da cidade foram analisados a legislação, as formas de parcelamento do solo, o suporte físico e as políticas urbanas; na escala do bairro foram analisadas a infraestrutura urbana, a relação entre os espaços livres privados e públicos, e finalmente na escala da rua e da praça, que é a escala do pedestre, foram analisados os atributos que podem definir a qualidade do desenho urbano na escala do pedestre.

A análise de como as pessoas utilizam o espaço foi realizada por meio de mapa comportamental que serve para registrar o comportamento e as atividades dos usuários no ambiente. O instrumento contribui para identificar os usos, layout, fluxos, relações espaciais, interações, movimentos e distribuições

das pessoas no tempo e espaço (Rheingantz et al, 2009).

Considerando a infraestrutura urbana como o conjunto de sistemas técnicos de equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento das funções urbanas (Marcaró, 2016), foi considerado na escala dos setores foram considerados para análise do sistema viário, com foco namais especificamente a pavimentação de ruas e passeios e o mobiliário urbano, foi considerado na escala dos setores. A análise da infraestrutura considerou todo o bairro, considerando as dimensões e homogeneidade que, o mesmo, apresenta, não consideramos achamos pertinente analisar a infraestrutura por setor, já que os resultados seriam muito parecidos.

Quanto ao sistema viário, as vias são pavimentadas, possuindo passeios também pavimentados, porém de forma irregular em tamanho e tipo de revestimento. Apesar do caráter patrimonial, as ruas do bairro possuem livre circulação de veículos, sendo que em apenas dois trechos, a área do calçadão e o entorno da Praça da República Juliana possuem áreas exclusivas para pedestres. Algumas intervenções já foram realizadas nos últimos anos, o que pode ser percebido pelos diversos tipos de pavimento que compõem os passeios e ruas da área.

Além disso, podemos perceber que a maioria dos passeios possui dimensão inadequada ao uso proposto, considerando o fluxo de pedestres que circulam pelo Bairro. Aqui vale destacar que numa área de pequenas proporções, como é o Bairro Centro, seria mais apropriado a restrição de circulação de veículos motorizados em determinadas ruas.

O Setor I foi analisado a partir da leitura inicial do espaço urbano circundante e depois com a leitura do espaço a partir do olhar usuário, com a medição dos atributos adaptados de Ewing; Clemente (2013), conforme as características da área analisada, mas o mapa comportamental e o Walkthrough.

O Setor I é composto pela Praça Vidal Ramos ou da Matriz, o Calçadão (Trav. XV de Novembro) e as demais ruas adjacentes. Essa é a área onde a cidade iniciou, local da primeira capela e das primeiras residências e uma das regiões mais antigas da cidade, e também, além de ser uma das mais tradicionais. O mapa comportamental realizado na Praça Vidal Ramos demonstrou que a área é bastante utilizada tanto para momentos de lazer e permanência como quanto como área de circulação e conexão com as ruas de seu entorno.

(Figura 5)

Em termos de uso e qualidade do espaço público, podemos afirmar que o elemento urbano mais significativo é a Praça Vidal Ramos e da Matriz, que ao longo do desenvolvimento da cidade foi se modificando até que em 1930 recebeu sua configuração atual que permanece até os dias de hoje.

Além da Praça, um elemento urbano mais recente é o Calçadão da rua XV de Novembro, construído no início dos anos 2000, que recentemente passou por uma reconfiguração de seu espaço, com a instalação de uma nova pavimentação, novos mobiliários urbanos e um sistema de drenagem baseada na infraestrutura verde, que propõem uma forma mais natural de drenagem urbana.

Em relação às demais áreas do Bairro Centro, esse setor exerce uma função atratora, em função dos diversos usos que encontramos ali, duas das



Figura 5 A presença humana e a dinâmica urbana do Setor 1, destaque para a Praça Vidal Ramos e a rua Jerônimo Coelho, onde se encontram as instituições bancárias. Fonte: Elaboração própria

quatro agências bancárias das quatro que o município possui, variado comércio e serviços, residenciais e edifícios de caráter religioso, como a Igreja Matriz e o Centro Espírita, que é considerado um dos mais antigos do Estado, e também edificações de caráter cultural, como o Centro Cultural Santo Antônio e a Casa de Anita.

Por tudo isso, é uma área bastante frequentada, abrigando tanto moradores do setor, quanto usuários e trabalhadores dos serviços e comércios oferecidos no Bairro.

Podemos identificar que o Setor I possui tanto usos diários quanto sazonais., cConsideramos diários os usos dos moradores e frequentadores do Bairro Centro, como nos horários de missa, e sazonais os ocorridos uma vez ao ano, como por exemplo a Festa de Santo Antônio, que utiliza o espaço da Praça Vidal Ramos e as ruas adjacentes para os festejos que ocorrem sempre na primeira quinzena de junho.

Quanto as qualidades de desenho urbano analisados, pudemos perceber que, mesmo que o seu espaço público não possua uma manutenção adequada nem infraestrutura de qualidade, esse espaço não perdeu suas qualidades.

Quando consideramos as medições feitas das qualidades do desenho urbano, percebeu-se, uma resposta bastante similar em todos os setores, demonstrando que a área possui potencial para se tornar um local de



qualidade urbana, tanto quanto é de qualidade patrimonial. Embora, também possamos salientar que da mesma forma os problemas quanto relativos à qualidade da infraestrutura urbana, também se assemelham.

Mesmo com a falta de mobiliários e equipamentos urbanos adequados, pudemos perceber durante a análise que os espaços são utilizados, demonstrando o que demonstra que a população os procura esses espaços mesmo que eles não tenham a qualidade necessária. Apesar do Centro de Laguna possuir infraestrutura estabelecida com diversos usos e funcionalidades, ser um sítio tombado e ter passado por algumas intervenções, o Centro em determinados dias e horários fica deserto. Além disso, as praças Lauro Muller e a Orla têm pouca infraestrutura e opções de lazer convidativas aos encontros e permanência., Também faltam espaços adequados para crianças, as ruas e calçadas não possuem a acessibilidade adequada e o paisagismo das praças Vidal Ramos, Jerônimo Coelho, Dr. Paulo Carneiro e Orla está descuidado por falta de manutenção. A área é potencialmente rica para a permanência de pessoas, moradores ou não, mas não é atrativa por falta de infraestrutura adequada, como mobiliário urbano.

Durante a análise, uma característica que nos chamou a atenção foi a presença expressiva de vegetação nesse setor, assim como nos outros setores analisados. Tanto a vegetação próxima quanto a distante, formada pelos morros que circundam o centro histórico e também estão incluídos na perimetral de tombamento, contribuem para tornar os espaços públicos no Bairro Centro mais agradáveis ao usuário, tanto no quesito conforto quanto no quesito beleza. **(Figura 6)** No caso da Praça Vidal Ramos, a manutenção das espécies mais antigas segue os critérios de intervenção estabelecidos pelo Manual de intervenções em Jardins Históricos (DELPHIN, 2005) do IPHAN. Isso sugere uma possibilidade de qualidade paisagística que poderia ser mais explorada e, cuidada pelo poder público., aA vegetação existente fornece espaços agradáveis e compõe com o entorno protegido.

Figura 6 Mesmo que os espaços públicos sejam deficientes em infraestrutura e configuração, os mais diversos usos podem ser percebidos ao longo do dia, como a venda de pescado todas as manhãs.
Fonte: Elaboração própria

CONCLUSÕES

Assim chegamos à algumas considerações e conclusões, inicialmente em relação à forma como a cidade e os espaços públicos de Laguna se desenvolveram, desde sua fundação em 1676 até sua configuração atual. Podemos considerar que os diferentes períodos de crescimento urbano intercalados por períodos de estagnação econômica, e, por consequência, também momentos de estagnação do espaço urbano, contribuíram para a configuração de seus espaços públicos atuais e como se encontravam em 1985, quando o bairro foi tombado.

Entendemos que o espaço urbano é complexo, não-estático e composto de diferentes elementos, e que esses elementos, ao se relacionarem entre si e com seus usuários, compõem o que chamamos de cidade. Quando esse espaço é tombado, suas relações de história e memória coletiva lhe atribuem qualidades diferentes de outras cidades, que acabam gerando algum tipo de impacto, tanto positivo quanto negativo.

Percebemos que os espaços públicos da área de estudo, foram se constituindo conforme a própria cidade foi se alterando no decorrer das décadas. Podemos presumir que inicialmente de forma espontânea seguindo o fluxo do crescimento urbano, conforme a necessidade de uso e da configuração espacial gerada pela ocupação humana. Foi possível perceber que os espaços públicos mais antigos, dentre eles o Setor I que foi apresentado aqui apresentado, como por exemplo a Praça Vidal Ramos ou simplesmente Praça da Matriz (Campo do Manejo) e a Fonte da Carioca (Campo da Fonte), que nasceram configurados pelo uso diário e rotineiro dos moradores da cidade, ainda mantêm suas funções de uso diário no contexto da cidade.

Esta característica foi percebida, nos estudos feitos no Setor I., quanto a partir das análises e diagnósticos de seus espaços públicos, podemos verificar que, mesmo com todas as mudanças que uma cidade pode sofrer ao longo de sua existência, seus espaços públicos podem se manter de forma quase inalterada, perpetuando suas relações e funções sociais, culturais e também funcionais, como aconteceu com a área central da cidade de Laguna.

Quanto às metodologias de análise do espaço público escolhidas, podemos perceber que, quer por sua configuração urbana ou por sua pequena escala, a área estudada possui uma relação espacial que se reflete nas relações de uso. Inicialmente havia uma noção, que não foi confirmada, de que os espaços públicos do Setor I tinham pouco ou nenhum uso e que, apesar da qualidade estética atribuída ao conjunto arquitetônico, não havia reflexo no espaço público.

Entende-se que o espaço edificado, além de delimitar o espaço público, também faz parte dele. Isso ocorreu principalmente durante as medições das qualidades do desenho urbano que, ao identificar os atributos de imaginabilidade, enquadramento, escala humana, transparência e complexidade, consideram a importância das fachadas dos edifícios na composição e configuração do espaço público. Considerando os atributos estéticos e de beleza dos edifícios históricos, essa relevância, no caso de Laguna, adquire maior importância. No caso específico do Setor I, o uso residencial ainda é o uso predominante, o que parece contribuir com a manutenção dos edifícios que compõem esse setor.

Outra questão importante foi perceber que os espaços públicos em uma cidade protegida pouco diferem das demais, talvez apenas no quesito

impermanência, pois, ao ser tombada, sua configuração e relação entre espaços construídos e espaços livres permanece por mais tempo inalterada. Contudo, Mas mesmo assim, a forma como os espaços se relacionam mantém as mesmas características de outras cidades. Vale ressaltar, porém, que as configurações dos espaços públicos encontrados no Bairro Centro da cidade de Laguna estão diretamente relacionadas com o tamanho do bairro e da cidade como um todo, só podendo ser comparadas aos espaços públicos de outras cidades de mesmo porte e características.

Também é importante pensar e refletir sobre a manutenção do espaço público em áreas protegidas pelo tombamento., aA falta de normas claras no referente as intervenções no espaço público, acabam interferindo – de forma negativa – nas qualidades que esses espaços podem possuir naturalmente. Entendemos que o espaço público de uma cidade, por ser público é de caráter coletivo e deve atender às necessidades básicas e técnicas para permitir o uso adequado da cidade, como sistemas de infraestrutura urbana, drenagem, iluminação, paisagismo, mobiliário urbano, e também o transporte público, as áreas de lazer e de livre circulação. Para isso é necessária a sua manutenção constante, que no em geral fica a cargo da prefeitura municipal e das autarquias que fornecem os serviços mencionados.

Poderíamos concluir dizendo que, a qualidade do espaço público pode contribuir com a proteção e conseqüente valorização do espaço urbano protegido, desde que se considere que o espaço público, por suas características de função e uso, está em constante movimento. Para que esta relação se estabeleça de forma prática, as normas e critérios de intervenção em sítios tombados devem incluir, além das normas para intervenções nos edifícios, também critérios de intervenção para seus espaços públicos que considerem os aspectos do desenho urbano. Assim poderemos ter espaços públicos que estejam em harmonia – estética e funcional — com os edifícios que os contêm.

A partir destas conclusões, podemos pensar em formular algumas diretrizes iniciais para orientar possíveis e futuras intervenções no espaço público do Setor I e também do Bairro Centro, considerando sempre a história e a cultura local.

- Propor usos compatíveis que considerem a realidade e a cultura local;
- Valorizar os locais tradicionais que já fazem parte da cultura local, respeitando suas características;
- Sempre que possível, propor a diversidade das atividades respeitando a cultura local;
- Aproximar a visão do técnico com a visão da população;
- Sempre que possível, fazer uso de oficinas participativas para a elaboração de projetos;

Apesar de ser um campo ainda pouco estudado por arquitetos e urbanistas brasileiros, pois trata de duas áreas que ainda interagem pouco entre si, o desenho urbano e o patrimônio histórico, campos de saber ainda muito fechados em si mesmos. Acreditamos ser esta uma área que pode proporcionar um campo rico e amplopotencialmente rica, ampla, ainda por ser explorado, e de extrema relevância quando entendemos que a valorização e preservação dos sítios históricos passa pela valorização desses espaços públicos com a participação não só de arquitetos e urbanistas, técnicos dos órgãos de preservação e prefeituras, mas também de toda a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRAL, O. R. (1937). *Santa Catarina: história e evolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. (Coleção Brasileira). Recuperado de: 12 de abril de 2018. <<http://www.brasiliana.com.br>>.

CASTRIOTA, L. B. (2009). *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume.

CITTADIN, A. P. (2010). *Laguna, paisagem e preservação: o patrimônio cultural e natural do município*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Brasil.

DELPHIM, C. F. de M. (2005). *Intervenções em jardins históricos: manual*. Brasília: IPHAN.

DEL RIO, V.; SIEMBIEDA, W. (org.) (2015). *Desenho Urbano Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: LTC.

DEL RIO, V. (1990). *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini.

EWING, R.; CLEMENTE, O. (2013). *Measuring Urban Design: metrics for livable places*. Washington, DC: Island Press.

GATTI, S. (2013). *Espaços Públicos: diagnóstico e metodologia de projeto*. São Paulo: ABCP.

HABERMAS, J. (2003). *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recuperado de: 12 de janeiro de 2018. <https://biblioteca.ibge.gov.br>.

IPHAN. (2006). *Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN.

IPHAN. (2017). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Recuperado de: 18 de abril de 2018. <http://portal.iphan.gov.br/>.

IPHAN. (2004). *Norma de Preservação para o Sítio Histórico Urbano de Laguna*. Laguna: IPHAN. (Versão Digital)

LEMOS, C. A. C. (2016). *Como nasceram as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel.

SANT'Á, M. (2015). *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Salvador: Oiti Editora.

MACEDO, S. S.; QUEIROGA, E. F.; GALENDER, F. C.; CAMPOS, A. C. de A.; CUSTÓDIO, V.; GONÇALVES, F. M. (2012). *Os Sistemas de Espaços Livres na Constituição da Forma Urbana Contemporânea no Brasil: Produção e Apropriação (QUAPÁSEL II)*. *Paisagem e Ambiente*, n. 30, p. 137-172. Recuperado de: 12 de maio de 2018. <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/78112/82200>>.

MARX, M. (1980). *Cidade brasileira*. São Paulo: Editora da USP.

MASCARÓ, Juan. (2016). *Infraestrutura Urbana para o Século XXI*. Porto Alegre: Editora Masquatro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. (2018). Legislação Municipal de Laguna/ SC. Recuperado de: 17 de novembro de 2018. <http://leismunicipa.is/draen>.

POULOT, D. (2009). *Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade.

RHEINGANTZ, P.A., et al. (2009). *Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação*. Rio de Janeiro: Coleção PROARQ/FAU/UFRJ.

TAVARES, J. M.; VIEIRA, J. L.; SILVA, J. M.; STEILEIN, M. E.; SPRICIGO, V. (1983). *Valorização do sítio histórico da Laguna*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.